



CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA

GABINETE DA VEREADORA **PRISCILA COSTA**

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº _____

-0183/2025

Dispõe sobre a proibição da publicidade de jogos de azar e apostas esportivas em espaços públicos no município de Fortaleza e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Art. 1º Fica proibida, no município de Fortaleza, a veiculação de publicidade de plataformas de jogos de azar e apostas esportivas em:

- I – espaços públicos, tais como praças, parques, terminais de ônibus e mobiliário urbano;
- II – veículos de transporte público, incluindo ônibus e vans regulamentadas pelo município;
- III – instituições de ensino públicas e privadas, bem como seus arredores num raio de 100 metros;
- IV – veículos de comunicação oficiais do município, incluindo sites, redes sociais e transmissões audiovisuais de órgãos públicos;
- V – eventos esportivos, educacionais e culturais patrocinados ou promovidos pelo poder público.

Art. 2º Para os fins desta lei, a vedação se aplica a qualquer plataforma digital ou física que envolva a realização de apostas com dinheiro real ou créditos monetizáveis sobre resultados de eventos esportivos ou jogos de azar, tais como:

- I – apostas de resultado fixo ou variável sobre jogos de futebol, basquete, vôlei e outras modalidades esportivas;
- II – jogos de cassino online e caça-níqueis virtuais, incluindo o chamado "Jogo do Tigrinho" e similares;



CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA

GABINETE DA VEREADORA **PRISCILA COSTA**

III – roletas virtuais, bingos eletrônicos e quaisquer outros jogos de azar em que o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte oferecidos por plataformas digitais;

IV – loterias digitais e concursos promovidos por plataformas privadas sem autorização oficial dos órgãos reguladores nacionais.

Art. 3º A veiculação de publicidade de apostas esportivas nos locais e meios descritos no artigo 1º sujeita os responsáveis às seguintes penalidades:

I – multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o primeiro descumprimento;

II – multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em caso de reincidência;

III – cassação de alvará para empresas de comunicação que insistirem na publicidade proibida.

Art. 4º Os valores arrecadados com as multas previstas nesta lei serão integralmente destinados a programas municipais de prevenção ao vício em jogos de azar e apoio a dependentes.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei por meio de decreto, definindo órgãos fiscalizadores e procedimentos de autuação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

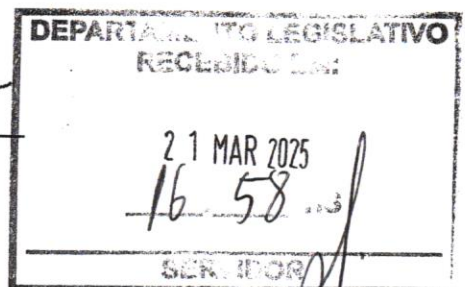
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM

21 DE março DE 2025

Priscila Bizarra da Costa

PRISCILA COSTA

Vereadora – PL



Rua Thompson Bulcão, 830 - Luciano Cavalcante

CEP- 60810-640 - Fone: (85) 3444.8300



**CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA**

GABINETE DA VEREADORA PRISCILA COSTA

JUSTIFICATIVA

Os jogos de azar e as apostas esportivas, especialmente na era digital, tornaram-se um problema social grave, atingindo principalmente jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade financeira. O crescimento das plataformas de apostas no Brasil tem sido exponencial. Segundo dados da Fundação Getulio Vargas (FGV), o mercado de apostas movimentou mais de R\$ 100 bilhões em 2023, um valor alarmante, considerando que grande parte desses recursos vem de usuários de baixa renda que buscam na sorte uma solução financeira imediata.

O fácil acesso às apostas esportivas, impulsionado por campanhas publicitárias massivas, tem levado a um aumento significativo dos casos de ludomania (vício em jogos de azar). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o transtorno do jogo patológico está classificado como um problema de saúde mental, comparável ao vício em drogas e álcool. Um estudo da Universidade de São Paulo (USP) revelou que cerca de 3 milhões de brasileiros já apresentam sintomas de dependência em apostas online, sendo que muitos desses indivíduos são adolescentes e jovens adultos.

Além do impacto individual e familiar, os jogos de azar modernos favorecem a lavagem de dinheiro e a exploração de vulneráveis. A Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) alertou recentemente que plataformas de apostas esportivas têm sido utilizadas para esquemas de evasão de divisas, financiamento do crime organizado e fraudes fiscais.

Do ponto de vista social, o aumento do endividamento gerado pelo vício em apostas tem reflexos diretos na criminalidade e na economia local. Dados do Banco Central indicam que mais de 50% das pessoas endividadas no Brasil afirmam ter contraído dívidas com jogos de azar. Além disso, estudos da Universidade Federal do



**CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA**

GABINETE DA VEREADORA PRISCILA COSTA

III – roletas virtuais, bingos eletrônicos e quaisquer outros jogos de azar em que o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte oferecidos por plataformas digitais;

IV – loterias digitais e concursos promovidos por plataformas privadas sem autorização oficial dos órgãos reguladores nacionais.

Art. 3º A veiculação de publicidade de apostas esportivas nos locais e meios descritos no artigo 1º sujeita os responsáveis às seguintes penalidades:

I – multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o primeiro descumprimento;

II – multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em caso de reincidência;

III – cassação de alvará para empresas de comunicação que insistirem na publicidade proibida.

Art. 4º Os valores arrecadados com as multas previstas nesta lei serão integralmente destinados a programas municipais de prevenção ao vício em jogos de azar e apoio a dependentes.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei por meio de decreto, definindo órgãos fiscalizadores e procedimentos de autuação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM
_____ DE _____ DE 2025

PRISCILA COSTA

Vereadora – PL